

**5.1. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL
PARA INSTRUÇÃO DE PEDIDO NO ÂMBITO DO RERA E SITO NA
FREGUESIA DE S.VICENTE – PEDREIRA DE MONTARIOL:**

Do Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento, Ordenamento do Território e do Urbanismo, submetendo informação circunstanciada relativamente ao pedido de reconhecimento de interesse público municipal, pronunciando-se desfavoravelmente.



BRAGA
Município

Pelouros da Regeneração Urbana, Mobilidade, Património, Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento Urbanismo

As Santos Município,
180917

Requerente: **Pedreira de Montariol** (4258/URB/PED/17) / Local: S. Vicente

DESPACHO

Considerando:

- A informação técnica de 09/06/2017 da DPRRU, de salientar que *"esta ampliação em direção ao Centro Hípico provocou danos nos edifícios do Centro Hípico e do Convento de Montariol resultantes do uso de explosivos, que deram origem a reclamações consideradas fundadas quer pelos serviços municipais, quer pela Direção Geral de Energia e Geologia e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, aquando da visita conjunta à pedreira"*, reiterado pela informação de 10/9/2018 do Diretor de Departamento de Planeamento; e de que *"a ampliação pretendida, até aos limites da propriedade, estará totalmente integrada em espaço florestal de proteção e parcialmente integrada em reserva ecológica nacional, situando-se a uma cota bastante elevada (285m) com uma exposição sobre o Vale do Cavado, cujo impacto visual e paisagístico se prevê considerável."*
- A informação técnica de 22/02/2018 da DPRRU, de destacar que *"Todos os pedidos têm enquadramento no RERAE, competindo-nos avaliar de que modo se pretende salvaguardar e minimizar os impactos da laboração da atividade na paisagem e no dia-a-dia das comunidades residentes nas envolventes"*;
- O parecer da Junta de Freguesia;
- Reiterando os considerandos do nosso despacho anterior sobre esta matéria, de 9 de janeiro de 2018;

Submete-se à reunião de câmara o processo com o **parecer desfavorável ao Reconhecimento de Interesse Público Municipal**, desde logo pela proximidade de habitações e outras construções, que ao longo das últimas décadas foram sendo implantadas nas imediações, designadamente, pelo historial de reclamações dos moradores pelos impactos da atividade.

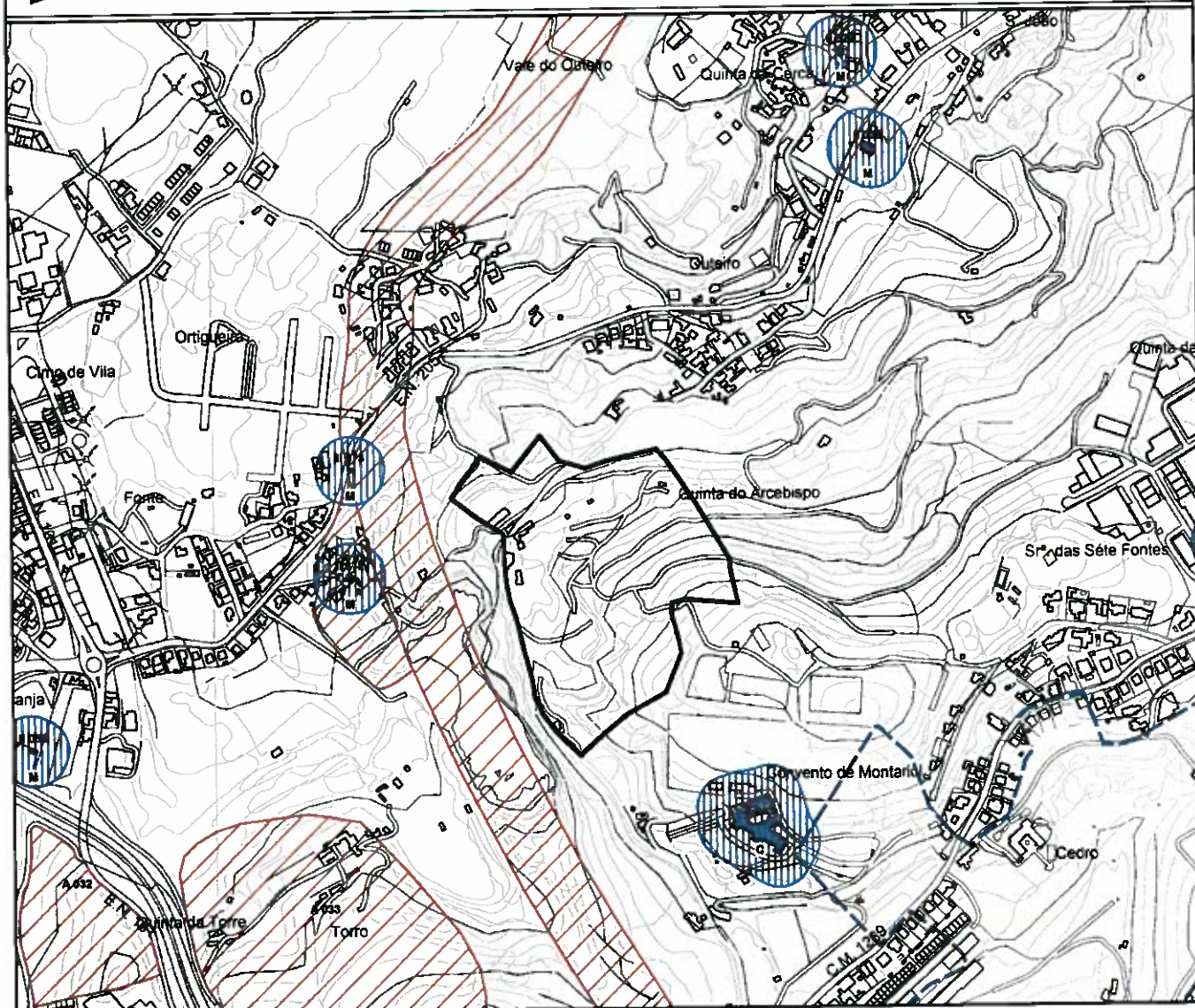
Recomenda-se a regularização de atividade no âmbito do Plano Director em vigor, e/ou a sua avaliação no do processo de revisão do Plano Director Municipal, ponderado o impacto da atividade, não sendo aceitável a expansão da exploração pelas razões anteriormente explanadas.

Braga, 14 de setembro de 2018

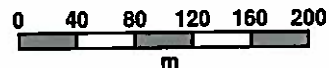
Submete-se à consideração superior o envio à reunião de executivo,

O Vereador do Planeamento, Ordenamento do Território e do Urbanismo,

(Miguel Sopas de Melo Bandeira)



	Área de Pedreira		Património Arquitectónico Classificado		Zona de Proteção Arqueológica
	Património Arquitectónico Classificado		Património Arquitectónico Inventariado		Património Arquitectónico Inventariado
	Monumento Nacional		Conjunto Arquitectónico		
	Monumento de Interesse Público		Monumento Arquitectónico		
	Monumento de Interesse Municipal		Sítio Arquitectónico		
	Em Vias de Classificação		Zona Geral de Influência		
	Zona Geral de Proteção				
	Zona Especial de Proteção				
	Zona Non Aedificandi				



Entidade Proprietária: Câmara Municipal de Braga
Entidade Produtora: ARTOP, Aero-Topográfica, Lda
Data da Edição: 08/2013
Data e nº da Homologação: Nº 173 de 28-08-2013
Entidade Responsável pela Homologação: Direção-Geral do Território
Série Cartográfica Nacional 1:10 000

Projeção Retangular de Gauss - Elipsoide de Hayford, Datum 73
Coordenadas Hayford-Gauss
Datum Altimétrico Nacional (Cascais)
Exatidão Planimétrica: e.m.q. 1,50m
Exatidão Altimétrica: P.C. e.m.q. 1,80m
Exatidão Temática melhor que 90%
Precisão Posicional Nominal de Reprodução: 2,2m

Origem das Coordenadas Retangulares - Ponto Central

$\phi = 39^{\circ} 40' 00''$ $\lambda = 8^{\circ} 07' 54,862''$ W de Gr

Falsa Origem: em M.: +80,598m, em P.: -85,990m do Ponto Central

Sobreposição da área da pedreira com a planta de ordenamento - sistema patrimonial



Ref.	
Data	10/09/2018
Esc.	1/5.000



BRAGA
Município

DPRRU-DIV. PLANEAMENTO REV. REGENERAÇÃO URBANA

Ver. MB

Eng. Miguel Regente

Processo Obra: 2018/900.20.604/85

Registo de entrada: 4258/URB/PED/17

Requerente: Pedreira de Montariol

Local da obra: S. Vicente

*Remeter ao Sr. Diretor do DMUC
Para deliberação superior quanto
ao interesse em remeter à A.M.
Há risco de danos em edifícios
situados na proximidade.
10/9/2018
Miguel Regente*

Informação: 27711 de 07/09/2018

Assunto: Montariol - Solicitação de reconhecimento de interesse público municipal para instrução de pedido no âmbito do RERAE

Técnico responsável: Ana Filomena Farinhas da Silveira Carvalho

Informação:

Âmbito do parecer técnico

1. Através do requerimento 4258/URB/PED/17, de 2 de maio, veio a empresa Pedreira de Montariol, requerer o reconhecimento do interesse público municipal previsto no n.º 4 do artigo 5º do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERAE, Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11, e Lei n.º 21/2016 de 19/07.

Análise Técnica

2. A pedreira n.º 4276 – Montariol, encontra-se em funcionamento desde 16/05/1996 por despacho do Sr. Ministro da Economia, estando a sua área de exploração devidamente identificada na Planta de Ordenamento do PDM em:

- i. Solo rural – Espaços afetos à exploração de recursos geológicos – subcategoria: Espaço de exploração consolidada (G1);
- ii. Solo rural – Espaço Florestal de Proteção.

3. Face à Planta de Condicionantes insere-se em:

- i. Reserva Ecológica Nacional – cabeceiras de linhas de água;
- ii. Reserva Ecológica Nacional – áreas com risco de erosão;
- iii. Perigosidade de incêndio alta ou muito alta.

4. Pretende a legalização da ampliação da área da exploração, parte dela já iniciada, conforme planta anexa.

5. Detêm 23 postos de trabalhos, e apresentam /estimam facturação anual na ordem dos 600.000 €.

6. Nos termos expostos o pedido enquadra-se no âmbito do diploma RERAE, dado tratar-se de atividade abrangida pela alínea d) do n.º 3 do artigo 1º, e desenvolver atividade por mais de dois anos, como requerido no artigo 2º do RERAE. A este facto acresce a redação dada ao artigo 2º da Lei n.º 21/2016 de 19/07: "Para além das situações a que se refere o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, podem ainda ser apresentados pedidos de regularização relativos às atividades previstas no n.º 3 do artigo 1.º desse decreto-lei, que não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, iniciadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro."



7. Em cumprimento do despacho do Sr. Vereador Miguel Bandeira, de 9 de janeiro de 2018, foi solicitada pronúncia às juntas de freguesia onde as explorações de massas minerais (pedreiras) se localizam, tendo essa solicitação sido reiterada a 23 de fevereiro, com a entrega do I/1218/2018, informação que retrata o procedimento de regularização extraordinária, e o cenário alternativo de análise dos pedidos das pedreiras em sede de revisão do PDM.

8. Na situação em apreço a Junta de Freguesia de S. Vicente reconhece inexistência de quadro técnico qualificado para se pronunciar.

9. É competência da Assembleia Municipal a decisão sobre o interesse do pedido da pedreira poder ser analisado ao abrigo do procedimento de regularização extraordinária previsto no RERAE, através do reconhecimento do interesse público municipal nesse processo. Importa esclarecer que o reconhecimento de interesse público municipal não representa a legalização das atuais condições, apenas permite que o processo seja analisado à luz do RERAE, demonstrando interesse municipal na resolução da situação.

10. De facto, como constante no artigo 11º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 165/2014, a deliberação da conferência decisória assume um dos seguintes sentidos: a) Deliberação favorável; b) Deliberação favorável condicionada; c) Deliberação desfavorável.

11. Não reconhecer o interesse público municipal a uma ou mais explorações é, no âmbito do RERAE, a eliminação da oportunidade de resolução da situação por esse enquadramento legal pois terá como principais consequências a rejeição liminar do processo na entidade coordenadora por deficiente instrução, e a obrigação legal de se despoletarem medidas de reposição da tutela da legalidade por parte da câmara municipal.

12. Em termos urbanísticos é sempre preferível que as atividades económicas se desenvolvam nos termos do título emitido do que sem ele. No universo das pedreiras esta constatação é ainda mais premente dada a obrigação de cumprimento de um plano de recuperação paisagística.

Proposta de decisão





13. Decorre do exposto que o pedido tem enquadramento nas disposições do RERAE.

14. Nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º cabe à Assembleia Municipal decidir se existe interesse na regularização extraordinária desta exploração pecuária ao abrigo do RERAE, sob proposta da câmara municipal.

A Chefe de Divisão,



75 0 75 150 225 300 m

-  ÁREA DA PEDREIRA
-  LIMITE DE ESCAVAÇÃO PROPOSTO
-  ÁREA DE AMPLIAÇÃO EFETIVA (3.4 ha)
-  GI- ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO CONSOLIDADA (PDM 2015)

DMUOP / DMPOT / DPRRU

DIVISÃO DE PLANEAMENTO
REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

PRODUTOR: **MARTINHA ROCHA, ENG^a**
EMAIL: martinha.rocha@cm-braga.pt

REQUERENTE:

LOCAL: **CONCELHO DE BRAGA**

PRETENSÃO: **PEDREIRA DE MONTARIOL**

PROC:

DOC:

DATA: **05/09/2018**

ESCALA: **1/5 000**





BRAGA
Município

DMUOP - DPOT - DPRRU - DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

I/1218/2018

Assunto: Regime extraordinário de regularização de atividades económicas: ponto de situação sobre os pedidos de exploração de massas minerais (pedreiras)

Técnico responsável: Filomena Farinhas (Chefe de Divisão da DPRRU)

Enquadramento

1. Ao abrigo do previsto no regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgarmente RERAE, Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11, e Lei n.º 21/2016 de 19/07, quatro empresas dedicadas à exploração de massas minerais (pedreiras) formalizaram o respetivo pedido junto da entidade coordenadora (a Direção Geral de Energia e Geologia - DGEG) e, simultaneamente, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal pela Assembleia Municipal, documento instrutório do processo de regularização extraordinária, sem o qual o pedido será liminarmente rejeitado na entidade coordenadora.

2. Estes pedidos visam regularizar a ampliação de áreas de exploração ou prever as condições de ampliações previstas. A Assembleia Municipal irá pronunciar-se se entende ser oportuno a legalização dessas ampliações ou não. Se entender ser de legalizar, reconhece o interesse público municipal e posteriormente, em sede de conferência decisória promovida pela entidade coordenadora - DGEG, terão os serviços técnicos municipais oportunidade de condicionar os termos da legalização.

3. Decorre do despacho do Sr. Vereador, Prof. Miguel Bandeira, datado de 9 de janeiro de 2018, a necessidade de auscultação prévia das Juntas de Freguesia diretamente relacionadas com as áreas de intervenção requeridas, pelo que importa expor, de forma clara e concisa, os valores em causa e os dois cenários possíveis em termos de procedimento administrativo.

Análise Técnica

4. Ainda que o RERAE seja uma oportunidade e um procedimento administrativo distinto da corrente gestão urbanística e dos procedimentos de planeamento, está a decorrer a par da obrigatoriedade de revisão do Plano Diretor Municipal, podendo ser este o momento para se avaliar cada caso e propor o respetivo enquadramento na futura versão do PDM.

5. Existem portanto dois cenários possíveis a esta data:

RERAE	Revisão do PDM
Se Assembleia Municipal reconhecer o interesse na legalização é emitida certidão e o processo segue na DGEG.	Se Assembleia Municipal não reconhecer o interesse na legalização via RERAE é emitida certidão negativa e o pedido no âmbito do RERAE será liminarmente rejeitado pela DGEG.
DGEG convoca a CMB para ter assento na conferência decisória. A decisão é tida por maioria, e se houver empate tem voto de qualidade a entidade coordenadora - DGEG.	No âmbito dos trabalhos de revisão do PDM, se houver intenção de legalizar as ampliações já executadas, teremos de conseguir convencer as restantes entidades da Administração Central que irão compor a Comissão Consultiva para a necessidade de alteração das manchas. Terá voto de qualidade a entidade que tutelar áreas sujeitas a regimes jurídicos específicos em presença (ex.: CCDRn pela reserva ecológica nacional).
A ata desta conferência estabelece os termos em que a legalização dos espaços e da atividade se pode processar, os respetivos prazos, e as medidas que as entidades da Administração Central poderão estar sujeitas a encetar.	O PDM não pode impor termos sobre a atividade, apenas sobre os usos em determinada localização.



BRAGA
Município

DMUOP - DPOT - DPRRU - DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

6. Todos os pedidos têm enquadramento no RERAE, competindo-nos avaliar de que modo se pretende salvaguardar e minimizar os impactos da laboração dessa atividade na paisagem e no dia-a-dia das comunidades residentes nas envolventes.

7. O procedimento de revisão do PDM irá desenvolver uma nova metodologia de planeamento assente na qualificação da paisagem, momento que obrigará a uma visão concertada, e não pontual, da importância de diversos setores económicos.

Proposta de decisão

8. Correspondendo a um ponto de situação, recomenda-se que o conteúdo desta informação seja do conhecimento das Juntas de Freguesias envolvidas.

A Chefe da DPRRU,

Filomena Farinhas
22/02/2018